

15
anos

PUC Viva

Nº 666- 04/08/2008

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

Mais uma vez, filas e confusão na matrícula acadêmica

A cena se repete neste início de semestre: o que poderia ser um processo rápido para os estudantes da graduação gerou longas filas nos corredores do Prédio Novo, protestos de estudantes indignados e reclamações de funcionários, levados a trabalhar muito além do que estipula os seus contratos.

Um número elevado de matrículas teve de ser feito pelos coordenadores de curso, em razão de incompatibilidades no sistema RM, que gerencia a vida acadêmica e financeira dos estudantes.

"Sem dúvida a transi-

ção é difícil, porém necessária, para que possamos aperfeiçoar e qualificar nossos registros e atendimentos", considerou a coordenadora da Secretaria de Administração Escolar (SAE), Magna Rocha Brandt, em comunicado às faculdades. O texto informa que, no dia 26/7, os trabalhos foram encerrados por exaustão.

CONTRATO DE PROFESSORES

O atraso na regularização das matrículas tem causado vários tipos de transtorno aos chefes de departamento e coordenadores. Além do tempo gasto na tentativa de solucionar problemas que já deveriam estar equacionados, as chefias

vêm-se às voltas com pendências referentes à certificação dos contratos docentes. Como não dispõem de informações sobre o número de alunos que cada turma vai ter, as chefias não podem determinar as horas contratuais de cada professor.

Segundo apurou o *PUCviva*, outro problema atrapalha o desfecho do processo: as matrículas não serão liberadas antes da compensação dos pagamentos em cheque

efetuados pelos estudantes.

Dessa maneira, vários cursos estão com suas turmas pela metade. Optativas e oficinas ficam suspensas até que atinjam um número de alunos mínimo para o seu funcionamento.

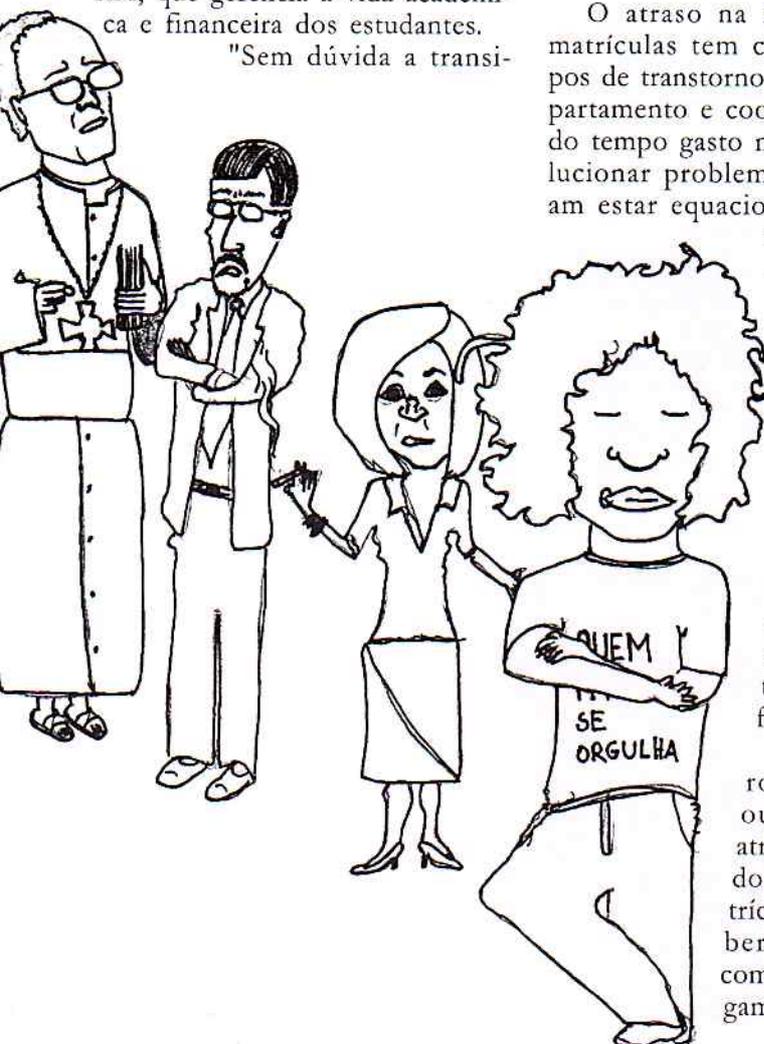
PREOCUPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

O sistema RM foi duramente criticado na assembléia dos funcionários administrativos realizada em julho. Os trabalhadores lembraram que principal motivo apresentado para a implantação do RM era a promessa de profissionalização. Na prática, o sistema acabou se mostrando pouco eficaz: "Antes, com 30 mil alunos, o que era 'amador' funcionava. Hoje, com 15 mil alunos, temos muitos problemas e filas", resumiu Nalcir Antonio.

Durante a assembléia, foram relatados cerca de 35 casos de funcionários que receberam salários com valores incorretos. O temor de que o sistema de RM possa gerar concentração de poder e cargos na universidade também foi mencionado.

O RM concentrou na Secretaria de Administração Escolar os procedimentos acadêmicos que antes eram executados nas secretarias das diversas faculdades. Vários funcionários foram transferidos de setor para engrossar o atendimento da SAE.

Embora a Reitoria tenha afirmado ao *PUCviva* que a implantação do pacote não provocaria demissões, praticamente todos os meses acontecem demissões "pontuais" de funcionários, sob a alegação de que não têm perfil para suas funções.



OPINIÃO

O Estado Brasileiro no banco dos réus

A sociedade brasileira enfrenta todos os dias as mais variadas violências praticadas pelo Estado, justamente a instituição que deveria promover a justiça, garantir a segurança e assegurar o bem estar de todos - sem privilégios e sem discriminações.

No entanto, quando a Polícia Militar - o Bope, a Brigada Militar ou outra força armada - invade uma favela ou bairro periférico, arromba as portas das casas, aterroriza as famílias e mata sumariamente homens e mulheres, velhos e crianças, e principalmente jovens pobres e negros - é o braço armado do Estado que pratica a violência.

Quando trabalhadores sem terra se organizam para defender a reforma agrária e ocupam áreas ociosas, abandonadas e improdutivas, sem função social, mas são despejados, agredidos e condenados à miséria e à fome, por força de uma decisão judicial - é o braço legalizador do Estado que pratica a violência.

Quando famílias, comunidades, categorias de trabalhadores e segmentos sociais - especialmente as populações mais pobres do campo e das periferias das cidades - clamam por justiça, por ações e obras públicas, por serviços básicos de educação, saúde, transportes etc, mas não são ouvidos nem atendidos - é o braço burocrático e discricionário do Estado que pratica a violência.

Quando pessoas são aprisionadas, julgadas ou não, condenadas ou não, mas encarceradas e colocadas sob a custódia do Estado em presídios superlotados, em condições desumanas, sob constante humilhação e tortura - é o braço punitivo do sistema prisional do Estado que pratica a violência.

O Brasil está repleto de exemplos de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos praticadas pela

ação ou pela omissão dos agentes do Estado, pelos poderes da República, por políticas públicas pensadas, elaboradas e executadas para atingir - seletivamente - parcelas do povo brasileiro.

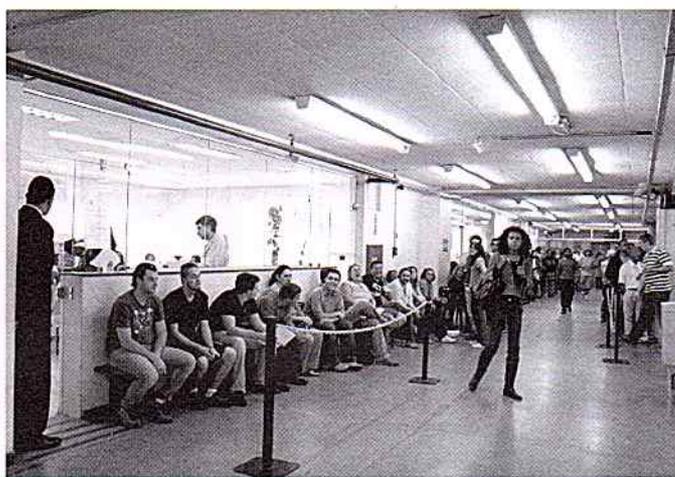
A prisão indiscriminada de jovens negros e pobres na Bahia; a criminalização e o preconceito de instâncias do Judiciário contra os movimentos sociais no Pará e no Rio Grande do Sul; a política de extermínio de favelados no Rio de Janeiro; as execuções de centenas de pessoas pelas forças policiais de São Paulo, em 2006, sem a menor investigação e condenação. Todos são crimes do Estado.

É com o objetivo de analisar, debater, conscientizar e julgar os casos concretos que comprovam essa situação de barbárie no Brasil, que inúmeras entidades populares, movimentos sociais, associações de classe e grupos de familiares vítimas da violência do Estado, estão organizando um grande Tribunal Popular, a ser realizado em São Paulo, de 3 a 5 de dezembro, na Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco.

O Tribunal Popular quer mesmo colocar o Estado Brasileiro no banco dos réus, quer mobilizar a sociedade para a denúncia dessa violência contra o povo, quer apontar os responsáveis, quer contribuir para a construção de instituições realmente comprometidas com o respeito à democracia, à cidadania e à vida.

No dia 10 de dezembro de 2008 a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos. Já está na hora de o Estado Brasileiro cumprir o que assinou em 1948. Não dá mais para calar diante de tanta arbitrariedade e violência.

HAMILTON OCTAVIO DE SOUZA
DIRETOR DA APROPUC



Bruna Campos

Cena freqüente nas últimas semanas: grandes filas no subsolo do Prédio Novo

RM acumula processos na Justiça

Hoje, cerca de 40 ações judiciais pesam sobre a RM Sistemas Ltda, empresa responsável pelos programas que gerenciam boa parte das informações na universidade. Uma rápida pesquisa nos sites dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Minas Gerais revela a lista. Na maior delas a, Prisma Industrial reivindica cerca de R\$ 1.324.069,76 da empresa de informática.

Na tentativa de agilizar seus procedimentos acadêmico-administrativos, a PUC-SP firmou parceria com a RM em outubro de 2006, após dois anos de pesquisa de mercado e mais sete meses de negociação. O pacote adquirido proporcionaria uma gestão completa das informações da universidade. Os dados foram publicados no site da universidade em 16 de junho deste ano.

O Assessor Especial para Políticas Tecnológicas da PUC-SP, Victor Vicen-

te, declara na mesma página que a implantação daria aos professores acesso online completo, acabaria com o trabalho dobrado, melhoraria o padrão dos serviços internos, agilizaria o atendimento e além de tudo cortaria custos. Ainda de acordo com o site, cerca de 60 técnicos trabalharam diretamente na implantação do sistema, que mobilizou funcionários de todos os setores. Os custos não são revelados pelo texto institucional.

Os problemas surgiram assim que o pacote passou a ser utilizado para a gestão das informações discentes, no início de 2008. Na época, os responsáveis pelo setor de informática da universidade expuseram ao Conselho Universitário as dificuldades que vinham enfrentando. Neste semestre, novos transtornos ocorrem, sem que se vislumbre solução definitiva em curto prazo.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Victor Sousa e Otávio Nagoya

Fotografia: Marcela Rocha e Bruna Campos

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Professores titulares e associados serão submetidos à avaliação

Conforme deliberação do Conselho Universitário (Consun) os professores titulares e associados serão submetidos a avaliação neste início de semestre. Os conselheiros tomaram esta decisão em virtude de um pedido da Fundação São Paulo para que titulares e associados também tivessem seus contratos maximizados, como acontece hoje com as demais categorias docentes.

Ao examinarem o assunto, diversos conselheiros lembraram que as categorias têm cargas horárias e atribuições extra-classe diferentes. Assim, titulares e associados deveriam se submeter rapidamente a uma avaliação, para determinar se suas funções estão sendo exercidas devidamente.

O texto define os instrumentos e indicadores do desempenho acadêmico, que vão desde a produção bibliográfica do docente à participação institucional, passando pela avaliação discente, já normatizada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe).

Estes instrumentos de avaliação acadêmica aparecem no texto de maneira generalizada, não havendo pontuação que quantifique a importância de, por exemplo, a publicação de um livro ou a participação de reuniões departamentais. É sobre esta pontuação que a Vice-Reitoria Acadêmica cobrou sugestões das chefias departamentais, para as quais o prazo chegou ao fim em 28/7.

A avaliação docente, no entanto, tem recebido várias críticas dos

professores da casa visto que existe o temor que ela, fundamentalmente, preste-se à adequar os contratos

docentes às necessidades financeiras da instituição (veja texto nesta página).

Quais os interesses por trás da avaliação institucional

Em meio aos professores, cresce a apreensão em torno da chamada avaliação institucional. A razão está em que essa iniciativa se vincula à crise financeira da PUC. Tudo indica que servirá de instrumento para se justificar mudanças nas relações contratuais.

A sombra da avaliação criada pela Reitoria para fundamentar as demissões em massa no passado recente paira sobre o atual processo de implantação da avaliação institucional. Os professores se deparam com regras externas às relações concretas de ensino e pressentem nisso uma armadilha - são chamados a montá-la para se tornarem as próprias presas.

A avaliação deveria ser inerente ao processo educacional. As péssimas condições de ensino e seu agravamento com a crise financeira afastam essa possibilidade e colocam em seu lugar uma avaliação punitiva.

Sabemos que se trata de uma exigência da burocracia do MEC, para a qual a avaliação não tem a ver com o processo inerente de ensino-aprendizagem. A formalidade e a aparência de produtividade se sobrepõem ao que se passa de fato no trabalho do professor

e no empenho dos alunos. A universidade foi impregnada pela cultura do currículo lattes.

Os problemas fundamentais - advindos da ausência de vínculos entre o ensino e a produção social - permanecem no mais completo desconhecimento das avaliações institucionais. A avaliação intrínseca, por si só, é crítica e corretiva, jamais punitiva e concorrencial.

O critério empresarial da avaliação para obter produtividade está em contradição com o funcionamento do ensino-educação. A individualização, o concorrencial e o punitivo são características incompatíveis com a natureza do conhecimento e com o processo coletivo do ensino-aprendizagem.

A APROPUC vem questionando essa linha de avaliação desde que foi apresentada como instrumento de demissão. É necessário que os professores tomem consciência da gravidade dessa avaliação institucional e que coletivamente a rejeitem. É preciso extrapolar o âmbito dos departamentos e o corporativismo das faculdades. O sentido original da universidade tem de ser retomado.

ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

05/08

terça-feira - 14h

sala 333

✓ **Eleição nos Conselhos Superiores**

Ato político marca lançamento da nova Cultura Crítica

Em agosto, toda a comunidade poderá apreciar o novo número da revista Cultura Crítica lançada pela APROPUC. A publicação conta com muitos poemas de cordel, uma vertente literária que, por muito tempo, foi injustificada, sendo considerada sublitteratura. A revista também traz muitas análises de pesquisadores e estudiosos, como Edilene Matos, que debate o vasto alcance que essa literatura possui através da oralidade, Assis Ângelo, que desvenda a história da origem do cordel, Vera Lúcia de Luna e Silva que analisa a perspectiva feminina na obra de Leandro Gomes Barros, um dos mais representativos autores do gênero e Gilmar de Carvalho, que aborda a proximidade entre o cordel e a notícia jornalística na obra de Moisés Matias de Moura.

Com a publicação, espera-se mostrar a importância do Cordel, que é abordado como uma arte feita para transmitir a cultura e as tradições do povo popular brasileiro. Uma de suas características marcantes é a aproximação com a oralidade, o que permitiu que a cultura fosse transmitida livremente, sem depender do formato livro.

No editorial da revista, o professor Erson Martins de Oliveira ressalta a importância do cordel. "Ve-



Ilustração da revista Cultura Crítica retrata o poeta Leandro Gomes de Barros

mos que a literatura de cordel é impressa, mas sua natureza é oral e, por isso, popular. Muitos poetas da oralidade eram analfabetos. Sua arte popular está vinculada às aglomerações também populares. Na forma de folhetos, cuidados pela xilogravura, os poetas a divulgavam e dela sobrevivem."

ATO POLÍTICO

O lançamento da nova edição da revista acontece no dia 20/8, quarta-feira, em um ato político e cultural. O evento tem início às 19h no Tucarena e, além do lançamento da revista Cultura Crítica Literatura de Cordel, será celebrada a posse da nova dire-



toria da APROPUC. A nova diretoria da associação foi eleita durante o mês de junho e é encabeçada pela professora Bia Abramides, da Faculdade de Serviço Social.

Fundação devolve texto do Estatuto para o Consun

Depois da análise do Conselho Superior da Fundação São Paulo o texto do novo Estatuto da universidade, aprovado pelo Consun, foi devolvido à Reitoria. Segundo o PUCviva pode apurar as modificações sugeridas pelos bispos foram profundas e não se ativeram simplesmente ao texto aprovado, mas criaram novos itens.

Numa reunião com a diretoria da AFAPUC o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre

Rodolpho Perazzolo, adiantou que a intenção da Fundação era enviar uma cópia do novo texto às associações de professores e funcionários, bem como ao Conselho de Centros Acadêmicos. Porém, mais uma vez, a Reitoria quis manter o debate circunscrito aos conselheiros do Consun.

Até o final do mês de agosto o Conselho Universitário deverá responder aos questionamentos feitos pelos bispos, pois se este pra-

zo for ultrapassado poderá inviabilizar a eleição da Reitoria sob as normas do novo Estatuto. No entanto o secretário-executivo assegurou que até 30 de agosto o edital de eleição será divulgado à comunidade e que a PUC-SP terá um novo reitor impreterivelmente até o mês de novembro.

A sessão do Consun que debaterá o novo texto do Estatuto está marcada para esta quarta-feira, 6/8, às 8h30, na sala P-65.

Assembléias avaliam situação dos funcionários

Durante as férias acadêmicas, os funcionários administrativos realizaram duas assembléias. Em 02/7, os trabalhadores da casa debateram a atual situação da universidade. Já no dia 08/7, a pauta foi o resultado da auditoria de contas da AFAPUC. Apesar do auditório 239 não ter recebido um grande número de pessoas, os debates foram francos e esclarecedores.

Na primeira reunião, os funcionários fizeram um relatório alarmante da situação da PUC-SP. A atual diretoria da AFAPUC e parte dos presentes fizeram sérias críticas à atual secretaria unificada. Foi lembrada a promessa de que o sistema RM traria profissionalização, mas acabou gerando filas em proporções inéditas. Foram ainda relatados mais de 30 casos de funcionários que receberam salários com valores incorretos (veja matéria nesta edição).

Em seguida, foi esclarecida a situação do novo Estatuto da PUC-SP, que já havia sido entregue à Fundação São Paulo. Foi sugerida a criação de um novo grupo de trabalho para acompanhar a criação do Regimento Interno da universidade, que deve sair até 30/11.

Os funcionários debateram ainda as possíveis mudanças estruturais na universidade, a mudança da Reitoria e dos setores que hoje funcionam na garagem para o atual prédio da Cogea, e a ida da Cogea para a Consolação. Além do medo de demissão, falta de diálogo e dúvidas sobre a compatibilidade desses espaços com o funcionamento da universidade, funcionários relataram que é a PUC-SP quem paga a reforma do prédio na Consolação, que pertence à Fundação São Paulo – uma verdadeira troca de papéis entre mantida e mantenedora.

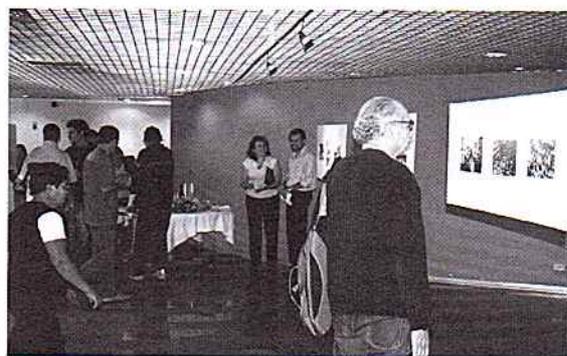
AUDITORIA

A segunda assembléia aconteceu no dia 08/7 e teve pauta única: a Auditoria das Contas da AFAPUC. A diretoria fez um relato das investigações, que se iniciaram com um grupo de funcionários e depois, devido

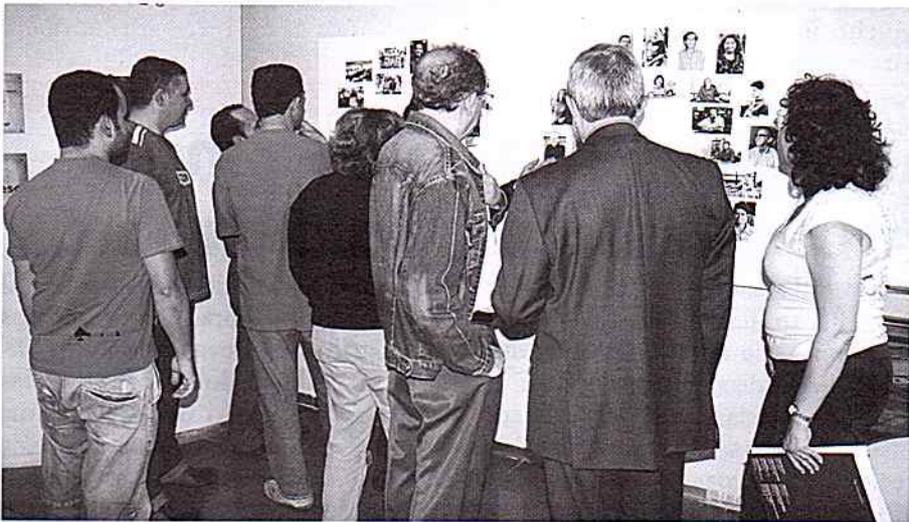
ao grande número de documentos e a gravidade dos resultados iniciais, foi contratada uma empresa profissional de auditoria.

O auditor mostrou um relatório sobre as finanças da associação durante o período de janeiro de 2005 a agosto de 2007. A apuração apontou um prejuízo de R\$ 200 mil com gastos excessivos e sem comprovan-

tes de custos. A assembléia decidiu aguardar reunião com o assessor jurídico da associação para tomar uma decisão. Nessa reunião foi deliberada a instauração de processo administrativo para averiguar os números. A comissão é composta pelos funcionários Margarida Maria Moreira da Silva Couto, Ronaldo Martins e Roseli Aparecida Monjoca.



FOTOS BRUNA CAMPOS



Exposição de fotos relembra passado glorioso

Para comemorar os 30 anos da AFAPUC, a entidade preparou uma exposição de fotos que ficou aberta ao público entre os dias 30/6 e 04/7, no saguão da Biblioteca. A mostra contava com fotos de momentos marcantes da entidade e dos funcionários, com destaque para as lutas políticas travadas no passado. Algumas fotos também lembraram personagens que fizeram e ainda fazem

parte da história da PUC-SP. No coquetel de lançamento, em 30/6, funcionários da casa lembraram histórias e amigos. A curadoria da exposição foi feita por Denis Souza Silva, Ronaldo Martins e Maria Aparecida de Souza, a Pari.

Os funcionários realizam nova assembléia nesta terça-feira, 5/8, para tratar da eleição de seus representantes nos conselhos superiores.

MST sofre repressão no RS. Afinal, quem são os bandidos?

O cenário é antigo. Aqueles que lutam por igualdade são taxados de marginais e baderneiros. Os trabalhadores são constantemente agredidos e violentados em seus direitos. O massacre de Eldorado dos Carajás (PA) é a prova mais ingrata da situação que os movimentos sociais passam no Brasil. Hoje, tais ameaças estão alcançando novos patamares.

Em junho deste ano, o Ministério Público do Rio Grande do Sul acatou parecer elaborado pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto, que afirma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um grupo paramilitar, treinado pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas, Farc, representando perigo à segurança nacional. Assim, o MP gaúcho iniciou uma série de ações para transformar o MST em uma or-

ganização ilegal, além de planejar a dissolução do movimento.

A perseguição ao MST no estado já acontecia antes deste caso. Há dois anos, os trabalhadores rurais sofrem violenta repressão da Brigada Militar. Além da dificuldade de negociação com as forças do Estado, foram proibidos quaisquer deslocamentos de sem-terras, como marchas e passeatas. Militantes e líderes foram presos.

PERSEGUIÇÃO IDEOLÓGICA

Para os dirigentes do MST e muitos juristas, entre eles Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato, as ações do MP são motivadas por caráter ideológico, sem validade jurídica.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afirma que a decisão do Ministério Público Es-

tadual desrespeita a Constituição Federal e também o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

O fato repercutiu em todo o país e houve manifestações em diversos estados. Em São Paulo, o Ato Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais concentrou cerca de 800 pessoas no Tuca e contou com a participação de Gilmar Mauro, dirigente do MST.

Em mais um ataque ao movimento, a Justiça Federal de Marabá (PA) condenou militantes do MST a pagar R\$ 5,2 milhões à empresa Vale do Rio Doce, em razão de uma ocupação nas estradas de ferro da mineradora. O protesto fez parte do "Abril Vermelho", quando o MST promoveu atividades em todo país para relembrar o massacre de Eldorado dos Carajás, que permanece impune.

Criminalização atinge trabalhadores da Petrobrás

Os trabalhadores da obra da refinaria Revap, da Petrobrás, conseguiram uma série de vitórias após uma greve de 31 dias, iniciada no final de maio. Entre elas estão 10% de reajuste, 90 dias de estabilidade e reembolso de passagem para visita aos familiares a cada 120 dias.

Pouco tempo depois 140 trabalhadores foram demitidos por justa causa. Toda a comissão de negociação da greve estava na lista dos despejados. A categoria reagiu com nova paralisação, exigindo a reintegração dos demitidos. A resposta da empresa não poderia ter sido pior: o Batalhão de Choque entrou na refinaria e agrediu os trabalhadores. Segundo a categoria, a ação foi tão irresponsável que poderia ter causado um acidente, já que bombas de efeito moral e tiros poderiam causar explosões na petrolífera e ameaçar inclusive moradores da região.

Nos dias seguintes, a Petrobrás

proibiu o acesso de todos os 12 mil trabalhadores à obra. A comissão dos empregados da Revap acionou o Ministério Público do Trabalho pedindo a reintegração dos demitidos, causa ganha em audiência realizada em 16/7. Mesmo assim, as empreiteiras Covap e Camargo Dias não cumpriram o pedido. Os trabalhadores da Revap estão pedindo ajuda de outros movimentos sociais, já que não conseguem diálogo com o sindicato local da construção Civil, ligado à CUT.

Apesar de toda a criminalização da organização sindical, os trabalhadores da REVAP mantêm as lutas. Na quinta-feira, 31/7, foi realizada uma audiência com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília e o Ministério Público de São José dos Campos está entrando com uma Ação Civil Pública para reverter as demissões.

Professores recebem novo reajuste em julho

Como previsto no acordo para a nova Convenção Coletiva do ensino superior, os professores têm direito a um novo reajuste em julho de 2008.

O primeiro reajuste foi aplicado em abril, com o valor de 4,66% sobre o salário de fevereiro, restando ainda a parcela de 0,8%, referente ao mês de julho a ser paga no quinto dia útil de agosto.

Os termos do acordo garantem reajuste durante dois anos. A próxima recomposição acontece em março de 2009 e já tem sua fórmula definida. A negociação também garantiu os direitos históricos da categoria; somente uma cláusula no plano de saúde foi alterada.

A APROPUC continua sua luta para o recebimento dos atrasados referentes aos dissídios de 2004 e 2005. Em reunião aberta a categoria resolveu fazer uma nova proposta que, até o momento, não obteve retorno da Fundação São Paulo

Aluno ganha ação contra cobranças da universidade

Marcos Roberto Soares Monteiro

É uma pena ter tido de recorrer ao Juizado Especial Cível – Central para regularizar a minha situação no 1º e 2º semestres de 2008 junto à PUC-SP, para finalizar o Bacharelado e a Licenciatura. Esperava que a universidade estivesse aberta para dialogar com seus alunos, porém, vi que havia me enganado.

Apesar de todas as dificuldades ao longo do semestre passado, como, por exemplo, a indecisão na PUC-SP e o falecimento de minha mãe, dei prosseguimento às disciplinas, como Estatística II, Prática de Ensino em Geografia II e Geografia das Culturas.

Em 2000, devido a problemas emocionais e financeiros, havia trancado a matrícula. Voltei em 2002, quando reiniciei meus estudos com bolsa.

Depois de inúmeras tentativas de negociação com o *Expediente Comunitário*, fui obrigado a entrar com uma ação no Tribunal de Pequenas Causas, para garantir a minha matrícula, pois em nenhum momento as minhas reivindicações foram atendidas.

Essa indecisão comprometeria não apenas a minha formação, como meu futuro profissional, sem poder atuar como geógrafo. Em depoimento ao jornal *PUCviva*, uma funcionária do Expediente Comunitário afirmou que “a PUC-SP tratou o aluno com uma atenção especial, inclusive, foram tomadas ações excepcionais nesse caso. Marcos já usufruiu de bolsas de estudo, doação e restituível, durante seis anos e meio. A partir do momento que o estudante en-

sa restituível, a qual estava sendo cobrada pela PUC-SP antes do término do curso. Segundo a sentença julgada pelo Juizado Especial Cível – Central, no dia 27 de junho, “a ré não nos demonstra como o autor deveria proceder neste caso, a fim de nos demonstrar que ele continuou o curso à sua revelia e portanto não faz jus à bolsa em questão. A ré foi desleal com o seu aluno quando o fez crer que poderia continuar cursando as disciplinas em questão sem

2008, já que não há justificativa lógica para suspensão do benefício. Deixa também de acolher o pedido contraposto, pois está claro nos autos que o autor somente trançou a matrícula, pois não teve a bolsa concedida pela ré que, sem justificativa, impediu seu aluno de continuar seus estudos. A cláusula 8ª do contrato formalizado entre as partes não pode ser invocada, pois foi a ré quem deu causa ao pedido do autor. Por esta razão, a ré só poderá exigir do demandante a bolsa restituível após a conclusão do curso, respeitado o período de carência contratado. Posto isso JULGO PROCEDENTE a ação para condenar a ré na obrigação de fazer consistente em conceder ao autor bolsa de estudos integral de 100% de doação, desde o início do 1º semestre de 2008, regularizando assim a sua matrícula em 15 dias, sob pena de multa de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 8.300,00 e declaro inexigível o débito no importe de R\$ 1.041,00. JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto”.

Este é um breve resumo da ação movida contra a PUC-SP, a qual me possibilitará concluir o Bacharelado e a Licenciatura no final do segundo semestre .

Marcos Roberto Soares Monteiro é estudante do curso de Geografia



A ré (PUC-SP) foi desleal com o seu aluno quando o fez crer que poderia continuar cursando as disciplinas em questão sem quaisquer problemas, surpreendendo-o agora com uma cobrança de valor bastante elevado.



trou na Justiça contra a PUC-SP, as negociações terminaram”. A reportagem prossegue afirmando que esse não é um caso isolado na universidade. Vários estudantes já procuraram o PUCviva relatando situações de dificuldade de negociação.

Se não fosse desta maneira, provavelmente eu abandonaria o Bacharelado e a Licenciatura, pois não tenho como arcar com a matrícula e o valor da bol-

quaisquer problemas, surpreendendo-o agora com uma cobrança de valor bastante elevado. Por esta razão, com o fim de respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o autor nos demonstra que tem enfermidade grave (fls. 12/13), e para manter o equilíbrio das partes no contrato, já que a ré concedeu ao autor no último semestre de 2007 bolsa integral, acolho o seu pedido neste sentido, que deverá atingir as mensalidades desde o 1º semestre de

PUC-SP abre ação penal contra estudantes

Por meio da Fundação São Paulo, a universidade abriu ação penal contra quatro estudantes acusados no processo sindicante sobre ocupação da Reitoria, ocorrida em novembro de 2007. Mesmo sem divulgar o resultado final da sindicância, a universidade move queixa acusan-

do os estudantes de “crime de destruição da coisa alheia cometido por motivo egoístico”. A PUC-SP reivindica a absurda soma de R\$ 25.528,44, que julga necessária para a reparação dos danos em seu prédio. Os estudantes foram convocados a depor no dia 21/8, no Fórum da Barra Funda.

INVASÃO POLICIAL

A invasão policial da universidade em 10/11/2007 é um dos episódios mais vergonhosos da história recente da PUC-SP. Para desalojar os estudantes que ocupavam suas dependências a Reitoria chamou a Polícia Militar. Na madrugada do dia 10/11 a

Tropa de Choque invadiu o câmpus e fichou dezenas de estudantes. Segundo relato dos alunos as dependências da Reitoria estavam praticamente intactas antes da entrada da polícia. Ironicamente, semanas antes, a Reitoria lembrava a invasão do Cel. Erasmo Dias, ocorrida trinta anos antes.

ROLA NA RAMPA

Quinze anos de PUCviva

O PUCviva comemora nesta semana seu 15º ano.

No dia 3 de agosto de 1993, as associações de professores e funcionários da PUC-SP, contando com o apoio dos Centros Acadêmicos e da Associação de Pós-Graduandos, lançam o jornal semanal que marcaria a vida da universidade nestas 666 edições.

A idéia do jornal nasce em meio a uma das maiores crises vividas pela universidade, quando o então interventor da Fundação São Paulo, Vicente Bezinelli, empurra a comunidade para aquela que seria, historicamente, sua maior greve, com a duração de dois meses.

As vozes oficiais diziam que aquela seria a última greve da universidade, que não sobreviveria ao movimento. Já professores, funcionários e estudantes, empenhados na luta por uma universidade realmente democrática, criam o movimento PUCviva, que em novembro de 1992 lança o número 0 do jornal PUCviva, procurando discutir, sob vários ângulos, aquele momento difícil que a uni-

versidade atravessava.

Em agosto do ano seguinte, o jornal é lançado somente em sua versão mural, com periodicidade semanal. Hoje, passados quinze anos, o PUCviva transformou-se no jornal de maior longevidade dentro da PUC-SP, contando com uma incomparável credibilidade entre a comunidade, mas não perdendo as diretrizes que o nortearam desde o primeiro número, quando as diretorias da APRO-PUC e da AFAPUC estampavam em seu primeiro editorial: "A construção desta universidade ainda é um grande sonho, uma grande vontade, desdobrada ou representada por inúmeros projetos e visões de universidade e de mundo. Acreditamos que o amplo debate deles é o caminho para chegarmos àquilo que temos proposto, enquanto conjunto de pessoas que a vivem pelo trabalho e/ou estudo, e que transformou essa prática em palavra de ordem na última greve. Assim, o PUCviva pretende ser um dos elementos que se somará a outros na luta por uma universidade grande, autônoma, de qualidade, pluralista e democrática".

Encontro relembra Paulo Freire

Entre os dias 16 e 20 de setembro, a PUC-SP recebe a 6ª edição do Encontro Internacional Paulo Freire, com o tema Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido. Os organizadores fizeram questão de que, nesta segunda ocasião em que é realizado no Brasil, o even-

to ocorresse na Pontifícia, já que a casa recebeu o pensador durante a ditadura e possibilitou que ele continuasse seus trabalhos e produções. As inscrições para o Círculo de Cultura, uma das modalidades do evento, podem ser feitas até o dia 15/8. Para as conferências, o prazo vai até 15 de setembro.

Estudantes de Comunicação de todo o Brasil no RJ

Entre os dias 20 e 26/7, no campus Gragoatá da UFF Niterói, foi realizado o Enecom - Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social. Durante uma semana, cerca de 600 estudantes de praticamente todos os estados do país debateram o papel da mídia e da Comunicação, a qualidade de formação do profissional, o função da tecnologia e a conjuntura política nacional, entre diversos outros temas. Estágios de vivência aproximaram estudantes de diferentes movi-

mentos sociais e comunidades carentes do Rio de Janeiro. Um ato no centro de Niterói mostrou a revolta com o caso da privatização da Oi Brasil Telecom e do escândalo Daniel Dantas. Nas atividades culturais, os participantes conheceram produções populares de diferentes regiões do país. No encontro vieram à tona diferentes visões sobre como gerir a Executiva Nacional de Comunicação, com avanços que permitirão intensificar a mobilização neste semestre. O destaque é a Semana Pela Democratização da Comunicação, prevista para outubro.



Oficina de música africana na PUC-SP

Entre os dias 05 e 07/8 acontece na universidade uma oficina de Ritmos e Vozes Africanas. O evento acontece no Tucarena durante os três dias, das 16h30 às 18h30. As inscrições são gratuitas e todos

estão convidados para trazerem instrumentos musicais e, principalmente, suas vozes. A organização é do professor Kazadi e pelo CECAFRO/PUC-SP, com apoio da FAPESP. Maiores informações: 3670-8511